

Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo

Social associativism and popular social movements in São Paulo

Maria da Glória Gohn¹
mgohn@uol.com.br

Resumo

O artigo analisa os movimentos sociais em São Paulo, destacando os ocorridos entre as camadas populares. Em sua segunda parte, focaliza os movimentos pela moradia a partir do ano 2000. Parte-se do suposto que, para entender as formas de associativismo existentes na atualidade, torna-se necessário fazer um breve resgate histórico de seus antecedentes. Isto porque não só as origens de vários movimentos atuais estão no século passado mas também porque as transformações pelas quais estes movimentos passaram assim como a explicação para o surgimento de novas formas associativas e movimentistas também estão nas últimas décadas do século XX. O procedimento metodológico adotado será o de fazer uma breve caracterização do cenário associativista em São Paulo nas últimas décadas do século XX juntamente com a listagem dos movimentos sociais ocorridos na capital naquelas décadas. As principais fontes de dados são documentos e registros dos próprios movimentos e a imprensa escrita: Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e livros.

Palavras-chave: associativismo civil, movimento social, participação social.

Abstract

The article analyzes social movements in São Paulo, especially those produced amid popular layers. In its latter part, focuses pro-dwelling movements since the 2000s. The assumption is that, in order to understand the existing associativism today, it is necessary to go back to its predecessors not only because the origins of several current movements date back to last century, but also because the transformations such movements went through as well as the explanation for the rise of new associative and movementalist ways also date back to the last decades of the 20th century. The methodological procedure will present a brief characterization of the associativist scenario in São Paulo in the last decades of the 20th century along with the list of the social movements developed in the capital in those decades. The main data sources are documents and registers of the very movements and the press newspapers: Folha de São Paulo and Estado de São Paulo and books.

Key words: civil associativism, social movement, social participation.

¹ Doutora em Ciência Política pela USP com Pós-doutorado na New School of University, Nova Iorque. Professora titular da Faculdade de Educação da UNICAMP e do Programa de Mestrado em Educação da UNINOVE/SP. Secretária Executiva do Research Committee 'Social Movements and Social Classes' da Associação Internacional de Sociologia. Pesquisadora I do CNPq.

Apresentação

Consideramos um movimento social como a expressão máxima de um Sujeito coletivo em ação. Os Sujeitos individuais têm seus pertencimentos, suas experiências vivenciadas e seus projetos – que não são de ordem pessoal no sentido intimista, de sua personalidade. São requerimentos de sua existência como ser humano – gênero, raça, língua, nação, religião, valores e tradições herdadas e adquiridas etc. Quando confrontados uns com outros e quando relacionados por redes solidárias ou de pertencimento cultural, estes sujeitos individuais constroem o sujeito coletivo. Os movimentos sociais são um dos principais sujeitos que atuam no espaço público coletivo porque eles são fonte de inovação e matrizes geradoras de saber. Mas nem todos movimentos têm características progressistas e transformadoras, há também movimentos sociais reformistas, conservadores etc. (Gohn, 2007b). A maioria dos movimentos listados neste texto pertence ao universo da primeira categoria.

Antecedentes: movimentos sociais em São Paulo no século XX

Para não alongarmos muito, iniciamos com um movimento social que colaborou na configuração dos bairros da capital paulista: o Movimento das Sociedades Amigos de Bairros – SABs. Ele surgiu na cidade de São Paulo nos anos 1930 e foi um dos principais atores na organização popular na cidade na fase de 1945-1965, conhecida como populismo. Ele cresceu e ganhou importância no entorno do anel central e na emergente periferia da cidade. O povo irrompe na cena política brasileira com algum poder de pressão, pois aprendeu a trocar o voto pela melhoria urbana. Mas esta troca esteve demarcada pelo clima político da época – o clientelismo político. As SABs ajudaram a eleger inúmeros cidadãos, inclusive um professor da Vila Maria que percorreu a carreira de vereador e prefeito da capital, governador do estado de São Paulo e Presidente da República: Jânio da Silva Quadros (Gohn, 1982).

A fome e o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade têm sido objeto de mobilizações desde 1914 em São Paulo (Gohn, 2003). Em 1953 foi criado o Movimento contra a Carestia da Vida, que veio a colaborar, na esteira das manifestações de protesto da época, com o Pacto da Unidade Inter-Sindical. Em 1954, São Paulo teve uma grande greve contra a carestia e uma passeata com cerca de 500 mil pessoas que entrou para a história como “Panela Vazia”. O Movimento Contra a Carestia promoveu passeatas e greves na capital paulista em 1959 e em 1963, voltando a ressurgir nos anos 1970.

Durante os primeiros anos do regime militar, merece destaque, entre 1964 e 1968, o Movimento Estudantil (ME) em São Paulo. Como sabemos, logo após 1964, as mobilizações de estudantes, como outros movimentos e organizações da sociedade brasileira, sofreram um refluxo. Mas, em 1966, o ME se recompôs,

até chegar ao apogeu em 1968. À programada realização do Congresso da UNE em Ibiúna, cidade próxima de São Paulo, cujos participantes em sua maioria foram presos, seguiu-se a invasão da moradia dos estudantes na USP, o Crusp, e a repressão às grandes passeatas que ocorriam nas ruas centrais de São Paulo, particularmente a 7 de abril, a 24 de maio, a avenida São João e a praça da República.

Nos anos 1970, a luta contra o regime militar dá lugar à organização de um outro tipo de movimento social: o movimento das Comissões Pastorais de Periferia Urbana, organizadas pela Igreja Católica em São Paulo a partir de 1971. Estas comissões constituem o início da organização e da mobilização popular que atravessaram a década de 1970 e parte da de 1980. É importante lembrar, também, que, em 1972, o Movimento do Custo de Vida se organizou em São Paulo, expandindo-se depois para todo o país. Esse movimento também surgiu ligado às ações da Igreja, em sua ala ligada à Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A zona sul paulistana, particularmente o bairro de M’Boi-Mirim, próximo ao Jardim Ângela, em sua região periférica, foi um grande centro de articulação do Movimento contra o Custo de Vida.

Importante também foi, em 1972, o Movimento contra os Loteamentos Clandestinos (MLC). Essa mobilização partia da insatisfação gerada pelo fato de os loteamentos populares em São Paulo serem feitos apenas segundo os interesses dos loteadores, sem nenhuma legislação que os regulamentasse, quer quanto a seus aspectos urbanísticos (prevendo a existência de infra-estrutura urbana mínima), quer quanto a seus aspectos legais (estabelecendo que a estrutura fundiária da terra teria de ser legalizada).

Foi por meio do MLC, composto por habitantes da periferia aglutinados em torno das CEB e de algumas pastorais da Igreja, e contando com o assessoramento jurídico dos centros acadêmicos das faculdades de Direito da USP e da PUC-SP, que se deflagrou um movimento social cujo alcance tornou-se nacional.

O período de 1975 a 1982 é um dos mais ricos da história do Brasil no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projetos para o país construídos pela união de forças sociopolíticas emergentes. Ele corresponde a uma fase de resistência e enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua capacidade de legitimação perante a sociedade devido ao quadro econômico que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, com a retomada vagarosa da inflação e com o desmonte das facilidades de consumo destinadas às classes médias durante a fase do chamado “milagre econômico”. O resultado das eleições de 1974 significou um vigoroso “não” da população ao regime político vigente.

Em seguida a essas eleições, em que os candidatos de oposição obtiveram vitórias significativas sobre os representantes do governo militar, ganhou destaque o movimento feminista, que se difundiu através do país a partir de 1975. Dessa época em diante, o Brasil absorveu uma verdadeira onda de movimentos pela organização das mulheres que tivera início já nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos. Em São Paulo, grupos de mu-

lheres passaram a se reunir em sindicatos, como o dos Bancários; fundaram-se jornais e associações; líderes feministas que haviam atuado no exterior, ao retornar, passaram a coordenar uma luta que encontrou bastante eco na sociedade.

Em 1976, é dada a partida do Movimento pela Anistia, que foi, ao lado dos movimentos grevistas do ABC paulista de 1978, a principal luta social da década. Isto se comprova pelo peso que tanto a luta pela anistia quanto as mobilizações operárias assumiram, na correlação das forças políticas vigentes, na direção das mudanças que vieram a ocorrer no final da década. São Paulo foi um dos principais palcos desta luta.

Na segunda metade dos anos 1970, o Movimento dos Estudantes (ME), ressurgiu no bojo das lutas pela redemocratização no país, desempenhando papel importante com suas greves, manifestações e passeatas, que vinham ocorrendo desde algum tempo antes. Mas é o ano de 1977 que se torna um marco do ME e da luta democrática no Brasil. Tentou-se, em setembro, realizar um Encontro Nacional para a recriação da UNE no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi então que o local, no bairro de Perdizes, foi palco de uma operação de guerra em que os atos de violência praticados pela polícia, tiveram como consequência, além da repressão política e da destruição de instalações da universidade, duas estudantes feridas gravemente por bombas lançadas contra seus corpos.

Essas ações contribuíram para aumentar a indignação geral que tomava conta da sociedade brasileira diante de um governo que já não tinha legitimidade e agora se revelava sem base de apoio, com a inflação econômica ascendendo e o "milagre econômico" esgotado havia alguns anos.

Em 1978 é a questão racial que, com as lutas e a organização social a que dá lugar, contribui para o avanço democrático do país. Cria-se, nesse ano, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado.

No ano seguinte, o movimento que se soma à luta pela redemocratização e a melhoria das condições de vida é o dos professores e de outros profissionais da área da educação, da saúde e de outros serviços sociais públicos. O crescimento do papel do Estado na economia durante os anos do "milagre", que gerou o império da tecnocracia, teve como uma de suas consequências o crescimento do número dos funcionários públicos.

As alterações na legislação da então escola pública de 1º e 2º graus, em 1971, fizeram surgir uma escola massificada. No ensino superior, também ampliado e massificado, tiveram origem as associações de docentes, de funcionários etc. O novo sindicalismo operário influenciou os movimentos dos docentes e dos profissionais da área da saúde. Esta área viu nascer um grande movimento popular de base, no âmbito dos bairros, principalmente em torno dos postos de saúde. Neste item, destaca-se, em São Paulo, o Movimento Popular de Saúde da Zona Leste, que originou os Conselhos Populares de Saúde, que sobrevivem até a atualidade.

É importante destacar também, em 1979, o Movimento dos Transportes Coletivos, que teve como um de seus principais efeitos, em São Paulo, a paralisação da cidade. Este fato foi his-

tórico e inédito, pois não se conhecia o poder do bloqueio de sua estrutura de circulação.

A expansão das periferias urbanas, ao longo das décadas de 1960 e 1970, dissociou completamente a relação casa-emprego, moradia-trabalho. Com isso, os transportes adquiriram uma centralidade nunca antes conhecida. E assim ficaram claras distorções existentes como a do Metrô, cuja única linha existente em São Paulo naquela ocasião, a norte-sul, havia sido construída para atender em primeiro lugar a certos interesses econômicos e não às reais necessidades de locomoção da população, segundo seus fluxos de demanda prioritária.

Diante desse panorama, as greves dos ônibus, paralisando toda a circulação da cidade, puseram a nu a fragilidade e os pontos de estrangulamento, com toda a sua carga de sacrifícios para a população, da estrutura de transportes da cidade e região.

Em 1979, deu-se também o lançamento do Movimento de Luta por Creches em São Paulo, em cuja origem destacaram-se a organização das mulheres nas CEB, a influência do movimento feminista e do movimento pela anistia. A luta por creches levou, na época, a prefeitura paulistana a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas, lançando um plano para a criação de quinhentas unidades. Mas, logo no início dos anos 1980, deixou-se de priorizar as creches sob administração direta, devido a seus altos custos, e retomou-se a política de convênios com entidades, como as filantrópicas e religiosas. Disso resultou um outro movimento social, o das creches conveniadas (Gohn, 1985).

Outro protagonista das lutas sociais em 1979 foi o Movimento das Favelas. Fruto da conscientização e do ativismo político, esse movimento deu resposta ao fato de que São Paulo passou a ter, a partir dos anos 1970, um grande aumento do número de favelas ou do número de moradores dentro de uma mesma favela, gerado pelo empobrecimento da população e pelo decréscimo de alternativas para a obtenção da casa própria. Inicialmente, reivindicou-se água para as favelas; logo a seguir, luz e melhorias generalizadas; depois, projetos de reurbanização; e, finalmente, a posse da terra. Na esteira desse movimento, inúmeros projetos de reurbanização de favelas foram elaborados e implementados e se criaram novas leis e regulamentações, originando tarifas diferenciadas, a Lei de Direito Real de Uso e o Estatuto da Cidade já na virada do século. É importante registrar que não havia um movimento homogêneo das favelas, mas vários movimentos com várias propostas e articulações políticas.

Em 1982, o país retomou a escolha dos governadores por eleições diretas, mas a inflação começou a galopar em seus índices e a mobilização social tomou características de agitação de massas, com greves, saques a supermercados, linchamentos populares, etc. Destacam-se também, nesse período, a fundação das centrais sindicais (Conclat, CGT, CUT), a criação de entidades organizadoras amplas do movimento popular (Anamos, Conam), o surgimento de movimentos sociais abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como de mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches,

etc. Todas essas entidades tiveram São Paulo como palco e cenário de seus momentos iniciais.

Os anos 1980 são fundamentais para a compreensão de como se dá a construção da cidadania dos pobres no Brasil, dentro de novos parâmetros, agora como sujeitos dotados de direitos. Já em 1981, tivemos o movimento de invasões de terras na Fazenda Itupu, no estado de São Paulo. Essa experiência constituiu o marco inicial da luta popular mais abrangente de toda a década de 1980 não só nesse estado mas em todo o Brasil, qual seja, a luta pela moradia. Digno de nota também, em 1983, é o movimento de desempregados em São Paulo, que ficou marcado por atos como a derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes. Decorreu daí também a prática de ocupações de órgãos públicos como forma de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações: criação de empregos e frentes de trabalho. O movimento utilizou-se ainda de um tipo de procedimento inaugurado pelo movimento popular, os acampamentos. O local escolhido para os desempregados acamparem foi o parque do Ibirapuera, em São Paulo, próximo à Assembléia Legislativa.

Outro tipo de evento que se repetiu como forma de manifestação política e que marcou o ano de 1983 foram os quebra-quebras de trens em São Paulo. Os quebra-quebras do início dos anos 1980 ocorreram devido ao acirramento da crise econômica, ao desemprego e ao aumento desproporcional no valor das passagens de ônibus naqueles anos, levando ao aumento do número de usuários de trens, cujas passagens são, em geral, mais baratas.

Em 1983, tivemos também uma onda de saques a supermercados e lojas, que pode ser interpretada como manifestação de caráter político. De fato, a crise econômica do início dos anos 1980 tornou propícios, na época, atos de protesto e os motins populares. A leva de saques foi acompanhada de outras dotadas de igual violência, como linchamentos de criminosos pela população em bairros da periferia da cidade. Esses protestos não eram coordenados por um movimento social específico, mas eles forneceram, na época, bases sociais para o movimento dos desempregados de São Paulo.

Outro evento importante de 1983 foi a criação do Movimento de Luta pela Moradia das associações comunitárias da Zona Sul de São Paulo. Essa iniciativa resultou das ações ocorridas na invasão da Fazenda Itupu, fato importante por ter sido o núcleo organizador de toda a luta por moradia naquela região, abrangendo com seu raio de atuação, posteriormente, toda a Grande São Paulo (Gohn, 1991).

Mas, logo no início de 1984, foi dada a largada para a Campanha das Diretas-Já. Milhares de pessoas mobilizaram-se e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia no país, começando pela adoção novamente, depois de 21 anos de ditadura militar, de eleições diretas para a Presidência da República. O movimento começou tímido em São Paulo com um ato na praça da Sé, mas rapidamente alcançou grandes dimensões, levando-se em conta de número de pessoas que compareciam às manifestações.

Merecedora de destaque, em 1984, foi também a criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação, o extinto BNH. Tratou-se de um movimento de defesa de cidadãos de classe média ou média baixa diante de uma situação gerada pelos aumentos expressivos das prestações em uma conjuntura de desemprego. Essas camadas haviam sido estimuladas nos anos 1970, na "era do milagre econômico", a adquirir apartamentos e casas em prestações por longos períodos. Os contratos desses planos haviam sido assinados nos anos 1970 ou no início de 1980, quando as prestações eram compatíveis com os salários. Mas a crise dos anos 1980 começou a levar a inflação a patamares cada vez mais altos, e os reajustes seguiam os índices oficiais, enquanto os salários estavam contidos, defasados. Milhares de pessoas viram-se rapidamente sem condições de continuar a pagar parcelas que ficavam proporcionalmente cada vez mais altas e corriam o risco de perder grandes somas que já haviam investido nessas mesmas obras (Gohn, 1991).

Tivemos, nesse último exemplo, a ilustração de uma característica que marcará os movimentos sociais populares dos anos posteriores, atingindo a atualidade: o embate democrático, a negociação, a luta pela conquista ou pela manutenção de direitos adquiridos e a centralidade exercida por São Paulo – para o bem ou para o mal – na economia, na sociedade, na política e na cultura brasileira. De fato, na fase da Constituinte, os movimentos paulistas se mobilizaram pela conquista de direitos sociais para serem incorporados no texto da lei. Após a promulgação da Constituição de 1988, os movimentos sociais, populares ou não, entrarão em nova fase em que predominam a negociação e os embates institucionais. As grandes mobilizações e manifestações nas ruas decresceram porque a conjuntura política mudou.

Vários analistas diagnosticaram que houve crise nos movimentos sociais populares urbanos nos primeiros cinco anos dos anos 1990, pois houve uma perda de sua visibilidade política no plano urbano, e, com isso, eles tiveram reduzido, naqueles anos, parte do poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos 80. Isso se deu em função de vários fatos novos que explicam as alterações que ocorreram em suas dinâmicas cotidianas. É bom lembrar que o país saía de uma etapa de conquista de novos direitos constitucionais, a maioria dos quais precisava ser regulamentada. A volta das eleições diretas em todos os níveis governamentais também alterou a dinâmica das lutas sociais porque tratava-se de democratizar os espaços públicos estatais. A necessidade de atuação no plano institucional e governamental aumentou não apenas nos locais que passaram a ser administrados por governos populares mas aumentou fundamentalmente, no plano federal, *locus* de debate e encaminhamento das conquistas obtidas na Carta de 88 para que viessem a ser implantadas. E todos nós sabemos que o governo federal, naquele mesmo período, passou a implementar ou a aprofundar, em todos os níveis, as políticas neoliberais. Para complicar mais ainda o cenário, essas políticas geraram desemprego, aumento da pobreza e da violência, urbana e rural.

Houve até quem preconizasse, naqueles anos, que a fase das mobilizações dos movimentos nas ruas estava ultrapassada,

correspondia a uma etapa já superada, pois o regime militar havia caído e se tratava então de atuar apenas no plano institucional. A educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares também passou a receber críticas, seriam algo também já superado, justificável apenas na década anterior, naquele momento a página teria que ser virada (interpretação essa que eu nunca concordei, embora concordasse com mudanças que atualizassem o trabalho de base em função da nova conjuntura do país e do mundo). Conseqüentemente, a visibilidade externa dos movimentos populares urbanos, na mídia e na sociedade como um todo, refluíu naquele período. Ao mesmo tempo, um outro sujeito sociopolítico advindo dos movimentos sociais populares do campo ganhava força: os sem-terra, especialmente o MST. Portanto, quando se falava de "crise dos movimentos sociais urbanos" nos primeiros anos da década de 1990 não significava o seu desaparecimento e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade. As mudanças na conjuntura política levaram também à emergência, ou ao fortalecimento, de outros atores sociais relevantes na sociedade civil, tais como as ONGs e outras entidades do Terceiro Setor. Os movimentos populares passaram a ter outros aliados e/ou competidores na disputa entre os grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público ou organizar trabalhos coletivos para resolver estas demandas entre os próprios necessitados. Para finalizar as observações sobre o cenário dos movimentos populares em São Paulo nos primeiros anos da década de 90 não podemos deixar de registrar que houve tensões entre as lideranças na condução dos movimentos urbanos, principalmente em relação a questões como: institucionalização, participação ou não em conselhos propostos ou criados pelo poder público, participação em programas governamentais etc. O fato de várias lideranças ascenderem a cargos no poder público ou ao parlamento também teve alguma influência na nova dinâmica dos movimentos. Este novo cenário gerou a necessidade de articulações e a maioria dos movimentos, rurais ou urbanos, passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas, como o Grito dos Excluídos, por exemplo.

Em suma, no interior dos movimentos, expressava-se uma crise maior que não era deles, mas refletia-se no seu cotidiano, que o país atravessava: o desmonte de políticas sociais pelas políticas neoliberais e sua substituição por outras políticas em parceria com ONGs e outras entidades do Terceiro Setor; a fragmentação da sociedade pela desorganização ou pela flexibilização do mercado de trabalho levando ao crescimento do setor informal; a defasagem na qualificação do mercado de trabalho face à era da tecnologia, das comunicações e da informação, levando a novas exigências no campo da educação, formal e não formal, face ao mundo globalizado etc. Portanto, a crise expressava os novos arranjos na busca de renovação, de adaptação à nova conjuntura e às mudanças no mundo do trabalho, de reposicionamento frente às novas políticas públicas.

Dentro deste cenário, foi criado, em 1993, a Central dos Movimentos Populares, entidade que pretendia ter âmbito na-

cional, mas sempre esteve marcada pela sua atuação predominantemente em São Paulo.

Na segunda metade dos anos 1990, novos ingredientes foram acrescentados, alterando ainda mais a dinâmica dos movimentos sociais em geral e dos populares em particular. Começo citando as crises econômicas internas em movimentos populares e ONGs cidadãos que os levaram a repensar seu planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar, elaboração de planejamentos estratégicos etc. Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, ou fecharam seus escritórios regionais, como a FASE de São Paulo. Outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, fundiram-se com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas sociais institucionalizados, governamentais ou de apoio advindo da cooperação internacional. Outras ainda foram criadas, como o Instituto Polis em São Paulo – o qual veio a ter grande crescimento e importância na gestão de políticas públicas na cidade a partir dos anos 2000. Novas pautas foram introduzidas, tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de re-orientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres ligados ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos.

Registre-se ainda que a nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos em parceria com a sociedade organizada, focalizados não em áreas sociais (como moradia, saúde, educação etc.), mas em projetos temáticos focalizados (como crianças, jovens, mulheres etc.), contribuíram para desorganizar as antigas formas dos movimentos no que se refere as suas demandas e as suas reivindicações. A palavra de ordem destes projetos e programas passou a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs, ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática em que mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar-se passou a ser sinônimo de arremeter e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Como todo ciclo, ele também se fecha e se esgota. As políticas neoliberais passaram a desaguar, ao final da década de 1990, em termos de sua legitimidade inicial, junto às camadas médias e à parte das elites. O que era "ser moderno" passou a ser visto como responsável pelo atraso. O aumento da pobreza, o desemprego e a violência urbana transferiram a questão social, que nos anos 90 se apresentava com maior crueza no campo,

para as cidades (não que ela tenha se resolvido no campo. Apenas agudizou-se mais na cidade (Touraine, 1997).

O início do novo milênio marca a retomada das mobilizações populares nas ruas e novas formas de ações coletivas como as ocupações de prédios, públicos e particulares.

Movimentos sociais em São Paulo na atualidade

Em São Paulo, no início deste milênio, o tema do urbano voltou para o centro dos debates e dos problemas sociais sob a forma de busca de reconstrução da cidade deteriorada (Pochmann e Amorin, 2003). Diferentes organizações, movimentos e entidades sociais lutam por condições de habitabilidade na cidade em áreas como: segurança pública, trânsito, poluição, moradia, saúde, educação, qualidade dos serviços públicos, áreas verdes, recuperação de áreas centrais, etc. (Carlos e Oliveira, 2004). Novos movimentos sociais foram criados nas zonas periféricas, que também se tornaram heterogêneas. As antigas Sociedades Amigos de Bairros construíram novas identidades, tanto em bairros periféricos como nas favelas; ao mesmo tempo, elas emergiram – como força organizada em bairros de camadas médias e de classes de altas rendas. Organizações Não Governamentais (ONGs) que demandam e constroem ações pela cidadania (em lutas contra a pobreza, a exclusão e a discriminação), programas e políticas sociais de inclusão social, projetos de fundações e corporações empresariais completam o cenário onde o novo associativismo se desenvolve, articulado por diferentes redes sociais. Todos têm participado da reconfiguração do planejamento urbano da cidade.

Atualmente a cidade de São Paulo abriga um número de associações comunitárias de espectro variado que vai das tradicionais Sociedades Amigos de Bairros a entidades de cunho religioso que atuam a partir do chamamento/pertencimento da fé em um número enorme de obras sociais. A cidade possui um número crescente e ainda não contabilizado de ONGs; é sede ou aloca representações nacionais das coordenações de movimentos sociais de espectro nacional como a CUT, o MST, a Central de Movimentos Populares, o maior sindicato de profissionais da área da Educação da América Latina, a APEOESP; é sede ainda de entidades articuladas à coordenação de vários Fóruns de participação como os da Reforma Urbana, da Reforma Agrária, de Experiências de Orçamento Participativo, que ocorreram entre 2001–2004, etc. (Avritzer, 2004; Gohn, 2005a). Novos movimentos sociais foram criados em um leque de frentes de difícil separação entre o que é movimento social, o que é ONG, o que é uma instituição formal que apenas se articula com uma rede de movimento social e, ainda, o que é ação do poder público estatal, governamental, geradora de redes de sociabilidade que se autodenominam movimento social.

No início deste novo milênio, ocorreram duas novidades no campo dos movimentos sociais (Gohn, 2007a). Uma foi a retomada das lutas urbanas, com visibilidade, no setor da moradia com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), versão urbana do MST. A outra novidade foi o fortalecimento de

articulações entre os movimentos sociais, tais como a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), criada em 26 de julho de 2003, composta pelo MTST, MST, CUT, Federação Nacional dos Advogados, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marcha Mundial das Mulheres, Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e entidades estudantis. Na realidade, já existia uma articulação criada no final do século passado, o Fórum de Movimentos e entidades sociais. Entretanto, a nova conjuntura política a partir de 2003 criou possibilidades para um avanço organizativo do Fórum. Se observarmos as lideranças da nova CMS, veremos que dela participam vários protagonistas históricos que lutam junto aos movimentos populares desde os anos 1970, tais como Dom Tomás Balduino. As lideranças mais jovens advêm do MST e do MSTs.

Um panorama breve dos movimentos sociais urbanos em São Paulo no início deste milênio pode ser descrito em torno de dezesseis eixos temáticos de lutas e demandas, a saber: (i) movimentos por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em várias frentes de lutas; (ii) ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demanda pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio); (iii) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores); (iv) mobilizações e movimentos de recuperação em estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); (v) mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego; (vi) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e portadores de necessidades especiais; (vii) mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de ruas nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), além de a sede administrativa destes movimentos localizarem-se na cidade; (viii) movimentos étnico-raciais (índios e negros). No caso de São Paulo, grupos indígenas habitam a região de Parelheiros, ou a favela Real Parque e o Cingapura ao seu lado, vivendo em condição de pobreza ou exclusão, e poucos sabem que há indígenas vivendo nesta realidade urbana; (ix) movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais); (x) movimentos contra as políticas neoliberais, as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e público; (xi) movimentos de demandas na área dos direitos humanos, culturais etc.; (xii) movimentos pela educação no setor popular: creches e vagas nas escolas; no setor universitário: contratação de professores, mais verbas para educação e reajustes das mensalidades nas faculdades particulares, políticas de cotas etc (Gohn, 2005b); (xiii) movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas; (xiv) movimentos culturais de jovens; (xv) mobilizações e protestos contra a guerra, pela paz e contra os efeitos da globalização (contra a ALCA, por exemplo, presentes também nos Fóruns Sociais Mundiais-FSM) e (xvi) movimento das coope-

rativas populares; (xvii) a versão urbana do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, no caso paulista, é o movimento dos que são atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços e transportes na capital. A resistência aos corredores de ônibus, em 2002-2003 é um exemplo.

Movimentos Sociais Populares pela Moradia em São Paulo na Atualidade²

Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia passou a ter, a partir do ano 2000, em São Paulo, centralidade como a luta popular mais organizada. Nela observa-se a presença maciça de mulheres, especialmente entre os sem-teto. Os dados do IBGE de 2000 (IBGE, 2002) ajudam-nos a explicar: em 1991, o número de mulheres chefes de família ou respondendo pela casa era de 18,1% do total. Em 2000, este número passou para 24,9%. A taxa de desemprego é também duas vezes maior entre elas (para análises dos dados do IBGE ver Bógus e Taschner, 1998; Taschner, 2004). Uma parte da luta pela moradia originária dos anos 1980 tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes como o Estatuto da Cidade, ou pressionando diretamente o poder público via instrumentos constitucionais a exemplo da Carta ao Presidente da República encaminhada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana em setembro de 2003. Em 2006, o Fórum elaborou uma "Plataforma para Prevenção de Despejos Forçados". Outra parte migrou com suas assessorias para as ONGs, participando de projetos institucionais, tais como as cooperativas de ajuda mútua e autogestão, a exemplo de várias alas do movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferência para projetos do poder público. Esses últimos casos geraram movimentos de associações de moradores locais. Neste grupo destaca-se o movimento Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo. Esse movimento surgiu nos anos 1980, muito antes dos sem-terra rurais tornarem-se famosos. Ele é articulado com setores da Igreja Católica e conta com o apoio da Pastoral da Moradia e, na atualidade, conta com o apoio do CDHU- órgão do governo estadual. Quando surgiu, a AMST realizava ocupações de terras urbanas (algumas ficaram famosas, como a Filhos da Terra, na zona norte de São Paulo). Atualmente a estratégia de luta deles é diferente: organizam a população de áreas periféricas, particularmente das Zonas Norte e Oeste de São Paulo, realizando reuniões em paróquias e centros comunitários. A partir do perfil de um grupo, localizam grandes áreas particulares que são compradas (segundo seus dirigentes, o valor de um lote custa em média 4 salários mínimos). A construção da casa é realizada pelo comprador, em etapas. A CDHU dá assessoria técnica para a regularização do loteamento. No início dos

anos 2000, havia outros movimentos em São Paulo com o mesmo perfil da AMST, tais como a Unificadora de Loteamentos, na Zona Leste, e o Movimento de Regularização, na Zona Norte.

Um segundo grupo da luta pela moradia em São Paulo com maior visibilidade na mídia seguiu o modelo do movimento popular rural: realizou ocupações não mais em áreas ou terrenos vazios – cada vez mais escassos e distantes nos grandes centros urbanos, mas ocupando prédios públicos e privados, ociosos ou abandonados, nas áreas centrais da cidade. Trata-se do movimento dos Sem-teto urbanos. Alguns deles têm uma relação direta com o MST rural, suas lideranças não só têm o MST como modelo como participam de cursos de formação e aprendizagem em assentamentos do MST, a exemplo do Movimento de Moradia no Centro- MMC. O público participante dessas ocupações vem de moradias de aluguel, de cortiços e pode também ser moradores de rua. O movimento do sem-teto, de certa forma, "unificou" a luta do morador de rua com o dos cortiços. Sabemos que a moradia em cortiços em áreas centrais faz parte da história das classes populares. O cortiço paulistano já foi a moradia da categoria dos imigrantes europeus, de trabalhadores das antigas indústrias nas primeiras décadas do século XX e dos migrantes nacionais nas décadas de 1950/1960 que trabalhavam no ainda vigoroso comércio central. Estudos já foram realizados sobre cortiços famosos de São Paulo (FIPE, 1994), peças teatrais retrataram seus "leões de chácara" – aqueles que administravam as casas. Os moradores de rua ou nas ruas também mudaram de perfil, pois não eram uma categoria com a presença visível como na atualidade.

Em São Paulo, no início deste milênio, havia três movimentos de moradores dos cortiços atuando na região central, a saber: o Movimento Fora do Cortiço, que reivindicava a ação da Prefeitura em outros cortiços, além do anunciado plano municipal para o histórico edifício São Vito, perto do mercado municipal; a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), o primeiro movimento de moradia a surgir no centro de São Paulo nos moldes de ocupações de prédios abandonados em 1991 e o Fórum de Cortiços, o qual liderou várias das ocupações de prédios, públicos e particulares, na região central no ano de 2002.

Há ainda outros movimentos de organizações da luta popular pela moradia que aderiram à estratégia das ocupações de prédios velhos e vazios na região central que atuam no centro e em outras regiões de São Paulo, a saber: o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), o mais organizado, com cerca de 12.000 militantes em Julho de 2003, articulado à União dos Movimentos de Moradia (UMM), movimento criado nos anos 80 com forte poder de articulação na Zona Leste de São Paulo; o Movimento de Moradia do Centro (MMC), articulado à Central Movimentos Populares (CMP), entidade com dez anos de criação e 20 de lutas em São Paulo e que reunia, em 2003, 200 entidades em todo o Brasil; o Movimento Sem-Teto da Região Central (MSTRC); o Movimento de Luta por Moradia de Campo Forte, da Zona Sul de São Paulo; a

² Parte de trabalho foi apresentada na Conferência "Zonas Urbanas Desfavorecidas: Olhar Cruzado Brasil/França", promovido pela Embaixada da França no Brasil em Novembro de 2006 no Rio de Janeiro e compôs o capítulo de livro organizado em 2006 pelo Prof. Brazilmar Ferreira Nunes (UNB) (Gohn, 2006).

Associação Morar e Preservar Chácara do Conde e o Movimento Sem-Teto de Heliópolis, a maior favela de São Paulo.

Todos esses movimentos atuam há mais de 10 anos em São Paulo e realizam, desde 1999, grandes ocupações. Naquele ano, 6.100 sem-teto ocuparam seis imóveis em São Paulo; em maio de 2002, 5000 sem-teto ocuparam oito prédios e, em novembro deste mesmo ano, 300 famílias ocuparam um prédio de dez andares na Av. Duque de Caxias, centro de São Paulo. Um dos prédios invadidos em 2002, localizado na rua Brigadeiro Tobias, pertencia à Companhia Nacional de Tecidos e estava abandonado na época da ocupação. Em 2003, moravam neste prédio 800 pessoas e houve um incêndio que matou uma menina. Apesar de o prédio ter um sistema de iluminação precário, com instalações irregulares, só após o incêndio o prédio foi interditado. Em 2002, ocorreu uma outra ocupação na região central por 2000 pessoas, lideradas pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro. Foi a do Edifício Prestes Maia, com 20 andares e dois blocos, de propriedade particular. No passado ele já tinha sido alugado pela Secretaria das Finanças do Estado. Depois foi comprado em um leilão, foi usado para comércio e estacionamento, mas, progressivamente, foi sendo abandonado devido à deterioração e aos assaltos na região. As dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) superavam o valor do imóvel segundo a Caixa Econômica Federal. A mega ocupação pelos Sem-Teto chegou a ser noticiada várias vezes na mídia. Em uma das reportagens, apresentou-se uma biblioteca formada por um morador com cerca de 3.500 livros, obtidos por doações e de uso dos moradores. Em 2006, após três anos de conflitos e tragédias, 468 famílias viviam no local e foram retiradas com a ação de grande aparato policial.

Uma das ações mais noticiadas na mídia paulista foi patrocinada pelos movimentos de moradia do centro em julho de 2003, quando 3.100 sem-teto ocuparam quatro prédios na região central (três eram hotéis que não estavam em atividade). Todas essas ocupações sofreram processos de despejo com a re-integração de posse. Inicialmente seus participantes perambularam e acamparam defronte à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), foram para a quadra de uma escola de samba, barracões de igreja, etc. sem terem solução para seus problemas. Outro movimento de moradia que criou um fato político novo em 2003 foi a megaocupação de um grande terreno pertencente a Volkswagen na via Anchieta pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MST), o irmão do MST no plano urbano. Além das proporções desta ocupação e de ela se realizar em área de uma das maiores fábricas estrangeiras no Brasil, um incidente, que levou à morte um fotógrafo da revista *Época*, fez com que esta ação do MST ocupasse as manchetes da mídia em todo país por vários dias. Todos foram desalojados e conduzidos para abrigos provisórios de paróquias no ABC paulista. Entre 2004 e 2007, continuaram a ocorrer ocupações de prédios em áreas centrais de São Paulo, mas de forma mais fragmentada e pontual.

A experiência tem demonstrado aos sem-teto e sem-terra que só com a pressão contínua se obtêm, progressivamente, políticas públicas para regularizar a posse das ocupações ou obter projetos urbanísticos e financiamento para os imóveis ocupados ou a construção de novos conjuntos habitacionais. Entretanto, os programas

habitacionais de imóveis novos raramente atingem a categoria que mais necessita deles porque os programas habitacionais exigem renda familiar mínima, que os demandantes usualmente não têm, de dois salários mínimos. Para famílias com renda de um salário mínimo, por exemplo, existia um programa que concedia uma carta de crédito no valor de R\$ 18.300,00, mas não havia imóvel de tamanho familiar mínimo por este preço no centro de São Paulo, onde os sem-teto perambulam sem destino.

A terceira categoria da luta pela moradia em São Paulo nos últimos anos é protagonizada pelos "moradores de rua" (cerca de 10 mil pessoas em 2005). Vivendo sob pontes, marquises, praças e logradouros públicos, esses "moradores" aumentaram significativamente nos anos 90 em termos de número e de locais de ocupação. Políticas públicas têm sido elaboradas para esses segmentos que vão de sua remoção para conjuntos populares a mudanças provisórias em albergues, hotéis e imóveis alugados, quando localizados em situação de risco. Inúmeras vezes estes moradores foram manchetes na mídia pelo lado da desgraça: incêndios ocorridos em suas precárias acomodações ao ar livre, e, em 2004, houve o assassinato de alguns deles na Praça da Sé. A organização dos moradores de rua é algo difícil porque eles são "flutuantes" no espaço, não têm, usualmente, trabalho fixo. O isolamento e as duras condições de vida não os levam a constituírem famílias; o alcoolismo é uma prática usada também para aquecê-los nas frias noites de inverno. Muitos desses moradores foram, no final dos anos 1990, "recrutados" pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para participarem de seus acampamentos e ocupações rurais. O MST é o mais famoso dentre os cerca de 80 movimentos sociais populares rurais no Brasil na atualidade. Aliás, os movimentos rurais tiveram, nos anos 1990, mais visibilidade e importância política do que os movimentos sociais populares urbanos. No início deste milênio, os movimentos urbanos retornam à cena pública com grande visibilidade, articulados muitas vezes com o movimento rural, que continua sendo um dos grandes nós da questão social brasileira.

Em 2004, surgiu uma novidade em termos de articulação da luta pela moradia popular: a Frente de Luta Por Moradia. Ela reuniu o Movimento dos Sem-Teto do Centro, o Movimento de Moradia da Região Centro, os movimentos Sudeste, Campo Alegre e Casarão Bresser, entre outros.

Em 2006, 10 entidades trabalhavam em apoio aos moradores nas ruas de São Paulo, a saber: Organização de Auxílio Fraternal, Associação Rede Rua, Associação Minha Rua Minha Casa, A Casa Acolhe a Rua, Cor da Rua, Pastoral da Rua, Casa de Oração do Povo da Rua, Fórum das Entidades que Trabalham com a População de Rua, Fórum de Debates sobre a População em situação de Rua, Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Conclusões

São Paulo passou a refletir, no início deste milênio, em escala ampliada, um novo cenário do associativismo militante, originário dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980. Quando

ocorre uma retomada de ações, mobilizações e movimentos não se trata exatamente de uma retomada dos movimentos dos anos 1980, mas de uma nova configuração, em que as redes e os fóruns desempenham um papel fundamental e as articulações não são apenas no plano local, mas nacional e internacional, como a Via Campesina, por exemplo. A prática dos Fóruns Sociais Mundiais, que se desmembraram em inúmeros encontros e inúmeros eixos temáticos (Fórum Mundial de Educação, Fórum Mundial Cultura, Fórum Mundial Imigrantes, etc.), representam a forma mais organizada dos movimentos sociais de perfil reivindicativo.

Os movimentos populares sempre foram heterogêneos em termos de temáticas e demandas. O que unifica o universo das suas demandas são as carências socioeconômicas. Eles criaram e desenvolveram nos anos 1990 redes com outros sujeitos sociopolíticos (tecidas com os campos: sindical, institucional de outras entidades sociais, político partidário, religioso, ONGs etc.), assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito, destacando os movimentos que atuam na questão da moradia. Ocorreram, entretanto, alterações profundas no cotidiano da dinâmica interna dos movimentos populares. Se, ao longo dos anos 1990, os movimentos populares urbanos diminuíram as formas de protestos nas ruas e diminuíram sua visibilidade na mídia, ocorrendo um deslocamento dessa visibilidade para as ONGs, a partir de 2003, eles retornaram e ganharam novamente visibilidade. As reivindicações dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como as freqüentes contestações às políticas públicas e incorporaram outros elementos; com isso, eles saíram do nível reivindicatório de contestação, para um nível mais operacional, propositivo. Embora os eixos nucleadores das demandas sejam praticamente os mesmos, centrados na falta da moradia ou de políticas acessíveis às camadas mais pobres, os movimentos incorporaram novas práticas. Seus discursos se alteraram em função da mudança da conjuntura política e econômica do país, assim como ampliaram as matrizes que estruturavam esses discursos e práticas. Não se trata mais de ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, comporem parcerias, etc. Eles ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, tais como os diferentes conselhos nas esferas municipal, estadual e nacional/federal (Gohn, 2007c).

Referências

AVRITZER, L. (org.). 2004. *A Participação em São Paulo*. São Paulo, Ed. UNESP, 470 p.

- BÓGUS, L.M.M.; TASCHNER, S.P. 1998. A Cidade dos Anéis. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, 28:6-62.
- CARLOS, A.F.; OLIVEIRA, A.U. (orgs.). 2004. *Geografias de São Paulo. A Metrópole do século XXI*. São Paulo, Contexto, vol. 2, 398 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). 1994. Cortiços na cidade de São Paulo. São Paulo, FIPE/USP.
- GOHN, M. da G. 1982. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Cortez, 171 p.
- GOHN, M. da G. 1985. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 187 p.
- GOHN, M. da G. 1991. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo, Edições Loyola, 191 p.
- GOHN, M. da G. 2003. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Loyola, 214 p.
- GOHN, M. da G. 2005a. *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo, Cortez, 120 p.
- GOHN, M. da G. 2005b. *Movimentos sociais e educação*. 6ª ed., São Paulo, Cortez, 120 p.
- GOHN, M. da G. 2006. Associativismo em São Paulo: novas formas e participação no planejamento urbano na cidade. In: B.F. NUNES (org.) *Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília, Líber Livro, p. 126-178.
- GOHN, M. da G. 2007a. (org.). *Movimentos sociais no século XXI*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 143 p.
- GOHN, M. da G. 2007b. *Teoria dos movimentos sociais*. 6ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 383 p.
- GOHN, M. da G. 2007c. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 120 p.
- IBGE. 2002. *Censo de 2000*. Rio de Janeiro, Fund. IBGE.
- POCHMANN, M.; AMORIN, R. (orgs.). 2003. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 221 p.
- TASCHNER, S.P. 2004. Desenhando os espaços da pobreza. *Cadernos de Pesquisa LAP*, 39:6-84.
- TOURAINÉ, A. 1997. *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 335 p.

Referências complementares

- CONFERÊNCIA DAS CIDADES. 2001. *Carta de convocação e documento final*. São Paulo.
- FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS. 1995. *Poder local, participação popular e construção da cidadania*. São Paulo, Ed. Instituto Cajamar, Instituto Pólis, FASE e IBASE, 75 p.
- FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. 1999. *Estatuto da cidade*. São Paulo.

Submetido em: 13/05/2008

Aceito em: 25/05/2008